REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 33 No. 3 Setembro – Dezembro 2020
Edição Especial: Gestão de Acervos Arqueológicos

ARTIGO

PRESENÇA/AUSÊNCIA DE MUSEUS NA AMAZÔNIA MARAJOARA: ENTRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS

Eliane Miranda Costa*

RESUMO

O texto trata da presença/ausência de museus na Amazônia Marajoara e discute a salvaguarda e gestão do patrimônio arqueológico nos municípios de Breves e Portel, estado do Pará. A análise dos dados revela que no Marajó museus não se reduzem a instituições. Devem ser entendidos como espaços dinâmicos caracterizados pelas paisagens, sítios arqueológicos e o ambiente. Nos municípios estudados verifica-se que não há uma política de proteção/gestão do patrimônio arqueológico. Mas, há diferentes pessoas praticando processos singulares para formar coleções, proteger e até gerir tal patrimônio. Todavia, a exploração do território é uma ameaça constante a esse patrimônio, daí sugerirmos a formação de Ecomuseus como tática de proteção/gestão do bem arqueológico e espaço de reflexão e produção de conhecimento.

Palavras-chave: musealização; salvaguarda; Marajó.

* Doutora em Antropologia, Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves. E-mail: elianec@ufpa.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5036-3147>.

PRESENCE/ABSENCE OF MUSEUMS IN THE MARAJOARA AMAZON: BETWEEN CHALLENGES AND CONTEMPORARY PERSPECTIVES

ABSTRACT

The text deals with the presence/absence of museums in the Marajoara Amazon and discusses the safeguarding and the management of archaeological heritage in the municipalities of Breves and Portel, state of Pará. The analysis of the data reveals that in Marajo's museums are not reduced to institutions. They must be understood as dynamic spaces characterized by landscapes, archaeological sites, and the environment. In the municipalities studied, it appears that there is no policy for the protection/management of archaeological heritage. However, there are different people practicing unique processes to form collections, protect, and even manage these assets. However, the exploitation of the territory is a constant threat to this heritage. Hence we suggest the formation of Ecomuseums as a tactic of protection/management of the archaeological assets and a space for reflection and knowledge production.

Keywords: musealization; safeguard; Marajó.

PRESENCIA/AUSENCIA DE MUSEOS EN LA AMAZONIA MARAJOARA: ENTRE DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS CONTEMPORÁNEAS

RESUMEN

El texto trata de la presencia/ausencia de museos en la Amazonia Marajoara y debate la salvaguardia y gestión del patrimonio arqueológico en las ciudades de Breves y Portel. El Análisis interpretativo de los datos revela el hecho de que en Marajó los museos no se reducen a las instituciones. Los mismos deben de ser entendidos como espacios dinamicos caracterizados por los paisajes, sítios arqueológicos, el ambiente y su cosmologia. En las ciudades estudiadas se nota que no hay una politica de protección/gestión del patrimonio arqueológico. Pero, sí hay distintas personas practicando procesos singulares para formar colecciones, proteger e, incluso, gestionar tal bien. Todavía, la exploración del territorio se convierte en amenaza constante para el patrimonio, de ahí la sugerencia de la formación de ecomuseos como táctica de protección/gestión del bien arqueológico y espacio de reflexión y producción de conocimiento.

Palabras clave: musealización; salvaguardia; Marajó.

INTRODUÇÃO:

O texto relaciona-se à pesquisa de tese¹ realizada entre 2014 e 2018, no espaço rural do município de Breves, em especial, no rio Mapuá, Pará. Mas, é resultado também da incursão etnográfica feita no período de novembro de 2018 a janeiro de 2019 no espaço museal da cidade de Portel, Pará. Ambos os municípios marajoaras abrigaram, no passado, em seus rios, matas e florestas, diferentes nações indígenas, que hoje se fazem presentes nos traços físicos da maioria da população e na cultura local, bem como nos artefatos e vestígios encontrados em diferentes espaços, sobretudo na praia, no caso de Portel, e no meio da floresta e margens dos rios, no caso do Mapuá, em Breves. São “coisas”² que ganham diferentes sentidos e significados aos moradores de cada município estudado.

Uma parte do acervo encontrado na praia de Portel por moradores está em exposição no Museu Municipal “Antônio Gonzaga da Rocha”, criado em 2009 pelo governo local após iniciativa da comunidade. Além do acervo do museu, muitos moradores possuem suas próprias coleções. Fazem parte dessa materialidade artefatos de diferentes ocupações, com destaque para os vestígios indígenas e portugueses.

Em Breves, especificamente no rio Mapuá e na área por ele banhada, as “coisas” arqueológicas entrelaçam-se ao modo de vida das famílias e envolvem ao menos três ancestralidades: indígena, africana e portuguesa. Tais “coisas” não estão expostas em um museu (instituição), como em Portel; ao contrário, estão nos sítios arqueológicos, nas roças, como também nas casas dos moradores, sendo usadas de variadas formas, isto é, como brinquedos, enfeites e formando pequenas coleções que narram parte da história do Mapuá/Breves/Marajó. Em ambos os municípios, os bens patrimoniais abarcam ainda outros elementos, como prédios antigos, histórias, memórias, lendas e o próprio território. Trata-se, desse modo, de “coisas” que carregam múltiplas realidades e tempos geoculturais que a política nacional de memória³ tem historicamente silenciado.

Com base no exposto acima, este texto procura apresentar reflexões acerca da presença/ausência de museus na Amazônia Marajoara. Propõe uma discussão sobre a salvaguarda e gestão do bem patrimonial dessa região a partir da realidade de Breves e Portel, articulando tais elementos à política nacional de memória. O aporte teórico conta com estudos de diferentes autores, tais como Ferreira (2007), Schaan (2009), Duarte (2013), entre outros, que nos possibilitaram ensaiar um debate acerca do espaço museal no Marajó, em diálogo como a ideia de acervo, memória, poder simbólico, gestão e patrimonialização.

¹ Nesta pesquisa, o objeto estudado foi o patrimônio arqueológico do Marajó, por meio de narrativas orais de moradores do rio Mapuá, no município de Breves. Entre os achados destacam-se as pequenas coleções de artefatos do período da borracha (final do século XIX e início do XX), como também vestígios de ocupações indígenas identificados em sítios arqueológicos. É um patrimônio que alguns moradores procuram salvaguardar, até mesmo por causa de se praticar o turismo, visto como possibilidade de desenvolver a região (COSTA, 2018).

² O termo “coisa” é interpretado aqui como um elemento não reduzido à relação das pessoas com a materialidade, ou a uma mera representação material das ideias. É um termo que envolve vivências; por isso, é dotado de ação, agência; logo, produz diversas mudanças, efeitos e significados na vida social. Hodder (1994) entende que os seres humanos dependem das “coisas”, assim como as coisas dependem dos seres humanos. Essa dependência mútua enreda coisas e pessoas em uma relação incompleta e orientada por diferentes sentidos e significados.

³ A política nacional de memória do Brasil apresenta-se atrelada à perspectiva nacionalista e colonialista. Isto tem resultado, por um lado, em valorização da memória e cultura de grupos dominantes como referência da identidade nacional, e, por outro, em apagamento da memória e cultura de grupos subalternos. A Constituição Federal de 1988 e o Decreto no 3.551/2000, com a defesa da dimensão imaterial, indicam a possibilidade de valorizar a cultura subalterna. Mas, apesar do aspecto democrático, não conseguem superar a tradição nacionalista, que atualmente ganha força com discursos e ações do Governo Federal, as quais desqualificam a cultura e a memória de grupos, como os indígenas, e reforçam o caráter nacionalista e colonialista, fortemente impetrado pelo avanço do capital.

No plano metodológico, realizamos o levantamento, a leitura e a análise das fontes empíricas à luz da base teórica. Na coleta de dados, fizemos uso da entrevista semiestruturada, realizada com três moradores do rio Mapuá e com o responsável e idealizador do Museu em Portel. Tais interlocutores estão identificados no texto pelas iniciais de seus respectivos nomes, conforme acordado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴. Recorremos ainda às observações etnográficas devidamente registradas nos diários de campo, bem como às fotografias que, seguindo as recomendações de Boni e Moreschi (2007), têm a função de comunicar e expressar acerca do comportamento cultural estudado, e, assim, desvendar vozes, histórias e memórias subalternizadas pela ciência moderna de orientação euro-americana.

Além desta Introdução, o texto está organizado em dois tópicos e as Considerações Finais. O primeiro trata da importância do espaço museal para a formação de acervos arqueológicos e a preservação do patrimônio. O segundo tópico aborda a gestão e salvaguarda do bem arqueológico de Breves e Portel, destacando a presença/ausência do espaço museal na Amazônia Marajoara. Nas considerações finais, sugere-se que o Marajó, com seu povo, tradições históricas, culturais e perspectivas, é um potencial Ecomuseu.

A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO MUSEAL PARA A FORMAÇÃO DE ACERVOS E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO

O espaço museal tem uma longa tradição, cuja origem remonta ao modelo cultural da Antiguidade. Lima (2012), com base na acepção grega de herança materna, define tal espaço como “lugar de memória” (NORA, 1993); e como “dispositivo de poder” com base na herança paterna (CHAGAS, 2002, p. 62). Integrando ciências, artes e religião, museus constituem-se, ao longo da história, em locais cujo poder era exercido pelos sábios. Os museus configuram-se, desse modo, em cenários voltados ao exercício do poder simbólico (BOURDIEU, 1989). Com a emergência dos Estados Nacionais europeus e o fomento de uma memória e identidade nacional, os museus foram transformados em potenciais espaços para cultivar a perspectiva nacionalista (LIMA, 2012).

No Brasil, sob tal bandeira, foi criado o Museu Real, por D. João VI, em 1818, transformado em Museu Nacional em 1890, que permanece até os dias atuais. Também foram criados o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), em 1866 e o Museu Paulista em 1894⁵. Esses foram os primeiros museus brasileiros que, seguindo os ideais evolucionistas, reuniram coleções diversas e voltaram-se à pesquisa em ciências naturais, privilegiando a coleta, o estudo e a exibição de coleções naturais, de etnologia, paleontologia e arqueologia, o que contribuiu para a institucionalização da Arqueologia no Brasil (FERREIRA, 2007).

Observa-se que os espaços museais primavam pela coleção de objetos tidos como “raros” e “exóticos”, como foi o caso do MPEG. Esse Museu, inaugurado em 1866 como

⁴ Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, item II, 2. Disponível em: <http://www.comitedeetica.saomateus.ufes.br/sites/comitedeetica.saomateus.ufes.br/files/field/anexo/cep-Resolu%C3%A7%C3%A3o%20466%20Diretrizes%20e%20Normas%20Regulamentadoras%20de%20Pesquisas%20Envolvendo%20Serres%20Humanos.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.

⁵ No cenário amazônico, destaca-se o Museu Botânico do Amazonas, criado em 1884 e fechado em 1890. Segundo Ferreira (2007), esse museu, dirigido unicamente por João Barbosa Rodrigues, prestou importantes contribuições à institucionalização da Arqueologia na Amazônia, porque seu diretor elegeu como objeto de estudo o espaço arqueológico e etnográfico da Amazônia. Tem-se ainda o Museu Amazônico (MUSAM), criado em 1975, e o Museu do Índio de Manaus, criado em 1952. O MUSAM é um órgão suplementar da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) voltado ao fomento de atividades de pesquisa, ensino e extensão da UFAM. Já o Museu do Índio de Manaus é um órgão privado de iniciativa da Madre Maddalena Mazzone, com o objetivo de fazer memória da presença missionária dos Salesianos e Filhas de Maria Auxiliadora na região amazônica e despertar o interesse pela causa indígena (BAUBIER, 2011).

“Sociedade Filomática”, foi organizado, de acordo com Ferreira (2007), como Museu de História Natural, tendo com primeiro diretor Ferreira Pena (1818-1888)⁶, que pretendia atribuir a essa instituição um estatuto científico. Porém, apesar do esforço, o referido estatuto só foi adquirido tempos depois mais precisamente pelo zoólogo suíço Emílio Goeldi (1859-1917), que dirigiu esse museu de 1891 a 1907⁷. Com um plano sistemático de escavação, coleta e organização de coleções arqueológicas e etnográfica, o zoólogo levou o Museu Paraense ao reconhecimento internacional como instituição científica. Em função disso, em 1900, o governador Paes de Carvalho, ao homenageá-lo, trocou o nome do museu para Museu Paraense Emílio Goeldi.

Sanjad (2011) caracteriza o MPEG como marco histórico da museologia na Amazônia, exatamente por suas coleções arqueológicas, etnográficas, botânicas, zoológicas, paleontológicas, mineralógicas e bibliográficas, formadas a partir de amostras de materiais recolhidos e doados por pesquisadores e naturalistas que viajaram pela região no século XIX. O MPEG organizou um grande acervo não só arqueológico que chamou a atenção de diferentes pesquisadores para a região; contribuiu com a redução de envio de objetos aos museus no exterior; ajudou com o progresso econômico; e, sobretudo, permitiu salvaguardar uma memória da região amazônica. Todavia, não diferente dos demais museus, corroborou a perspectiva de uma identidade nacional tendo por referência a cultura de grupos dominantes, restando à cultura local a condição de “subalterna” e “exótica”, marca que atravessa séculos e que na realidade do Marajó se reverbera inclusive na histórica negação de direitos, incluindo o não reconhecimento de suas memórias, histórias e práticas culturais.

O espaço museal na Amazônia configura-se, nesses moldes, como instrumento a serviço das elites sociais e intelectuais. Podemos dizer que o caráter elitista, nacionalista e colonialista dessa instituição passou a ser questionado a partir das transformações ocorridas no campo da Museologia, no final do século XX. São mudanças de caráter conceitual e prático que alteraram radicalmente a própria ideia de museu, ou seja, o tradicional lugar de guardar coleções tornou-se, também, um espaço educativo. Perspectiva que, de acordo com Duarte (2013), começou a ser desenhada nas décadas de 1960/70, com a introdução de abordagens críticas e discussões internas sobre o museu, seu papel e lugar na sociedade.

Desses debates surgiram propostas inovadoras e várias iniciativas locais (França, Inglaterra e outros), denominadas de Ecomuseus, museus comunitários, entre outras, que correspondem à proposta de museu integral, ideia que ganhou consistência na Mesa-Redonda de Santiago do Chile, realizada em 1972, no Chile, convocada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em parceria com o Conselho Internacional de Museus (ICOM). Entre as resoluções adotadas por essa Mesa-Redonda, que teve por temática central “O papel dos Museus na América Latina”, destacam-se a defesa de um museu a serviço da sociedade, isto é, uma instituição que se preocupa com os problemas da comunidade e tem papel ativo no desenvolvimento local (UNESCO, 1972; MOUTINHO, 1995; DUARTE, 2013).

⁶ Ferreira Pena foi diretor do MPEG de 1866 a 1872 e de 1882 a 1884. Esse período é chamado de fase pré-científica do Museu, pois mesmo organizando um acervo, Ferreira Pena não conseguiu colocar em prática seu projeto científico, fato que Sanjad (2001 *apud* Ferreira, 2007) atribui aos poucos recursos e entraves políticos com o governo monárquico. Apesar das dificuldades, esse mineiro, assim como Barbosa Rodrigues, Ladislau Neto, Emílio Goeldi e outros, contribuiu com a formação do museu e com a institucionalização da pesquisa arqueológica na Amazônia (FERREIRA, 2007).

⁷ Emílio Goeldi assumiu a direção do Museu no governo republicano contando com apoio financeiro de tal governo. No programa de reestruturação do Museu, composto por quatro seções, a quarta seção foi destinada à Etnologia, Arqueologia e Antropologia, qualificada por Goeldi como “caótica”, pois as peças, em sua avaliação, eram apenas fragmentos, sem indicação e procedência, logo, destituída de qualquer valor. Caos que Goeldi atribuiu aos cientistas locais e às instituições (FERREIRA, 2007).

No documento final dessa Mesa-Redonda estão, conforme Santos (2017), os pressupostos básicos da virada museológica. Figuras como Hugues de Varine, George Henri Rivière e outros museólogos franceses contribuíram, de forma decisiva, na configuração dessa viragem. Esses museólogos defendem que o museu deve ser um espaço democrático e educativo, com função social, articulado ao território, ao patrimônio e à comunidade da qual faz parte (DUARTE, 2013; SANTOS JR.; BRITO, 2019). Outras contribuições vieram dos museus etnográficos, com a ampliação da noção de “objeto de museu”⁸, e da Antropologia, com a renovação do estudo da cultura material e a emergência de uma museologia antropológica ancorada na abordagem interpretativa (DUARTE, 2013).

Desse movimento, protagonizado pelos próprios museólogos, resulta, nos anos de 1980, a Nova Museologia, “[...] designação elaborada para exatamente traduzir a viragem teórica e reflexiva concretizada – ou tida como ainda necessário promover – na museologia contemporânea” (DUARTE, 2013, p. 108). Trata-se de um paradigma de base burguesa que se contrapõe à museologia tradicional e abrange diversas teorias e práticas museológicas no sentido da democratização cultural, como indicado na Mesa-Redonda de Santiago e na Declaração de Quebec de 1984⁹ (MOUTINHO, 1995).

Entre as novas formas museais, têm-se os Ecomuseus (termo cunhado, em 1971, por Varine), tipo museal que não se refere a um modelo ou “[...] a uma receita nacional e internacional” (FILIPE; VARINE, 2015, p. 27). Cada Ecomuseu é único, justamente por ser criado *pela* e *para* a comunidade em que está inserido. Em outras palavras, os Ecomuseus são agentes sociais e políticos que em cada realidade social devem contribuir com a preservação dos valores patrimoniais e o desenvolvimento sustentável (FILIPE; VARINE, 2015; SANTOS JR.; BRITO, 2019). Para Filipe e Varine (2015), é função dos Ecomuseus assegurar coerência e continuidade na vida cotidiana e na iniciativa da comunidade, bem como mobilizar os cidadãos para participarem, de forma consciente, das escolhas que dizem respeito aos seus futuros e ao da comunidade. Os Ecomuseus podem ser, assim, táticas importantes para ajudar na transformação da sociedade a que servem.

PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO E ESPAÇO MUSEAL EM BREVES E PORTEL: PRÁTICAS DE PROTEÇÃO E GESTÃO

Breves e Portel, como anunciado acima, são dois municípios marajoaras geograficamente próximos um do outro. Todavia, cada um está situado em uma microrregião. Breves encontra-se localizado na microrregião Furo de Breves, juntamente com os municípios de Afuá, Anajás, Curralinho e São Sebastião da Boa Vista; Portel, por sua vez, pertence à microrregião de Portel, incluindo ainda os municípios de Bagre, Gurupá e Melgaço. A Amazônia Marajoara tem ainda uma terceira microrregião, chamada de Arari, formada pelos municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure.

A região da Amazônia Marajoara, rica em recursos naturais, enfrenta sérios problemas de vulnerabilidade e desigualdade social – realidade que reserva aos municípios marajoaras os piores índices sociais e educacionais do estado do Pará e do

⁸ Ampliação que se dá com os artefatos do cotidiano, “espécie que não cabe na categoria obra de arte” (DUARTE, 2013, p. 102), e requer uma contextualização a partir dos próprios grupos sociais.

⁹ Declaração produzida durante o I Atelier Internacional Ecomuseu/Nova Museologia, realizado em Quebec (Canadá), para “refletir e dar continuidade à reflexão de Santiago e organizar um movimento simultâneo em numerosos países” (MOUTINHO, 1995, p. 5). Chama a atenção para a “[...] importância da afirmação da função social do museu” (DUARTE, 2013, p. 109) a ampliação das tradicionais atribuições dessa instituição; a necessidade de democratizar o acesso a esse espaço; bem como especifica que a Nova Museologia abrange as variadas formas museais (DUARTE, 2013).

país, e, por conseguinte, lugar cativo no mapa da fome e da violência (IBGE, 2019). Podemos dizer que essas mazelas sociais se caracterizam como uma herança perversa estabelecida pelo projeto colonial, o qual transformou a Amazônia e suas diferentes nações indígenas em patrimônio do capital.

Os dados e a pesquisa arqueológica revelam que essa região, no passado, comportou grandes civilizações, como a cultura marajoara, que, de acordo com Schaan (2009), desenvolveu um poderoso sistema de exploração intensiva de peixes nas cabeceiras dos rios, bem como foi responsável pela formação de grandes cacicados, intercâmbio comercial e cultural com grupos locais, entre outras atividades. Todavia, parte da Arqueologia feita até os anos de 1980, analisa a região como responsável pela degeneração dessa cultura, alegando que o solo pobre da floresta tropical impossibilitava a existência de sociedades complexas, questão que pode ser vista como estratégia para inferiorizar os povos tradicionais e, assim, justificar sua desterritorialização e o domínio colonial da floresta Amazônica.

Na configuração do projeto colonial, a região marajoara foi transformada em espaço estratégico para atender aos interesses coloniais. Nesse movimento, verifica-se que Breves e Portel tiveram relevantes papéis. Breves, situada no corredor Belém-Macapá, constituiu-se em um importante trunfo na conquista portuguesa. Seus Estreitos, interpretados como “[...] válvula de escape para [a] navegação amazônica fugir do temido cabo Maguari, na parte externa da ilha” (PACHECO, 2009, p. 70), foram manobras singulares para que os colonizadores pudessem assumir o domínio do Vale Verde. Portel, por sua vez, constituiu-se em trunfo para a construção das missões religiosas – estratégia para controlar e pacificar muitos indígenas. Embora tal ação não tenha sido intencional, por parte de alguns religiosos, contribuiu para que significativa parcela dos povos nativos fosse dizimada, escravizada e relegada ao limbo da história.

Em ambos os municípios a pesquisa identificou diferentes artefatos, muito provavelmente das diferentes nações indígenas, mas também de outros contatos e ocupações (portugueses, holandeses, espanhóis, nordestinos, etc.), que revelam parte da história e memória local. São “coisas arqueológicas” que formam e integram o patrimônio de cada município e região. Patrimônio esse que, nesta pesquisa, procuramos verificar como é tratado pelo poder público e pela comunidade local, isto é, se há um espaço museal e uma política voltada à sua salvaguarda e gestão.

Começando por Breves, a pesquisa constatou que não há um espaço museal propriamente dito, mas uma precária casa de cultura, onde poucos objetos de diferentes ocupações estão dispostos aleatoriamente, sem nenhum tipo de informação. O município não possui uma política de salvaguarda e gestão do patrimônio e da memória local; também não se demonstra, por parte do poder público, esforço no sentido da preservação desse bem; ao contrário, verifica-se uma postura de descaso, que podemos exemplificar com a destruição de praças históricas e sítios arqueológicos. Assim, cada morador cuida e preserva, da forma que pode e entende, as coisas e objetos achados.

No rio Mapuá, o patrimônio agrega as coisas em três dimensões: uma que abarca os elementos pertencentes à natureza, ao meio ambiente, ao território; uma que se refere ao conhecimento, ao simbolismo, a cosmologia, as práticas, técnicas e ao saber-fazer, apreendido e ressignificado pelos moradores cotidianamente; e uma que trata, objetivamente, do patrimônio histórico, que reúne em si o conjunto de artefatos materiais de toda ordem e de diferentes temporalidades. São coisas, fruto das relações humanas, estabelecidas ao longo dos tempos com o meio ambiente e em grupos, referentes, ao que tudo indica, a quatro ocupações, a saber: antiga, colonial, histórica e contemporânea.

O patrimônio arqueológico do Mapuá não se reduz, portanto, às coisas antigas herdadas, tampouco refere-se unicamente à cerâmica marajoara; ao contrário, apresenta

diferentes feições e variabilidades materiais, bem como evoca múltiplas dimensões culturais em que se visualiza a imagem de um passado vivo e presente no contemporâneo nas práticas cotidianas e na interação com o natural e o sobrenatural. Há, assim, de certa forma, uma continuidade entre o passado e o presente (BRAUDEL, 2016), fenômeno igualmente observado por Machado (2011) em pesquisa realizada na Ilha de Caviana, onde identifica uma relação de continuidade entre as práticas cotidianas dos ribeirinhos com o passado indígena. Wagley (1988) e Galvão (1955) também mencionam essa continuidade identificada pelos autores nas técnicas agrícolas, no conhecimento acerca da floresta e em crenças e práticas religiosas.

Observa-se, desse modo, que o patrimônio arqueológico do Mapuá compreende múltiplas memórias sociais (SHANKS; TILLEY, 1987), implicando sentidos e significados diversos, atribuídos e transmitidos em circuitos orais. A proteção desses bens, para interlocutores como seu A. G (2016), é “[...] uma forma de manter viva a história e memória dos antepassados”, questão que permite esta compreensão de seu J. S. (2016): “as gerações futuras entenderem o sentido de sua própria identidade”. Há, assim, um entendimento de um valor social, de uma consciência em que se tem o patrimônio arqueológico como fundamental para promoção do ser e existir.

Todavia, nem todos partilham do mesmo entendimento, já que a preservação – no sentido da (re)apropriação (incluindo novas práticas) do território como artefato histórico herdado dos antepassados – parece não ser uma prática comum, sobretudo quando se trata do sítio arqueológico de cemitério indígena, localizado na vila Amélia, constantemente reocupado, como é possível sugerir a partir da Figura 1.

Figura 1 – Sítio arqueológico de cemitério indígena, reocupado no rio Mapuá, Breves, PA.
Fonte: Costa (2018, p. 174).

Nesse espaço, para moradores como seu N.S. (2017), não pode ter um sítio arqueológico de cemitério indígena, porque índio nunca morou no Marajó. Negação que atribuímos ao perverso processo colonial que silenciou a história e a memória local – prática que hoje vem sendo cultivada pela política de patrimonialização e de uma política educacional orientada por pressupostos de uma epistemologia excludente e homogeneizante.

Quanto à reocupação dos sítios arqueológicos, faz-se necessário considerar a argumentação de Bezerra (2011) de que na Amazônia a reocupação dos sítios arqueológicos é uma prática comum e indica exatamente a forma com que a relação entre moradores e o passado e a memória local é estabelecida. Portanto, para Bezerra (2011), a reocupação não se trata de uma total destruição do sítio arqueológico e negação da

ancestralidade indígena. A leitura que fazemos é que a reocupação dos sítios arqueológicos conta aspectos fundamentais da história familiar dos moradores e comunidades, tecidas mediante as relações estabelecidas com o lugar, o passado e a memória.

Além dos vestígios de cerâmica, provavelmente indígenas, encontrados no mencionado sítio arqueológico, outra materialidade que se destaca no cenário refere-se aos artefatos da borracha, isto é, casarões, tumbas e grades do final do século XIX, bem como faca, tigela e balde, pedaços de ferro, moedas e outros. Esses objetos não apenas formam uma coleção individual ou familiar, mas contam a história da criação das comunidades e da constituição das famílias e, de igual modo, retratam outras ancestralidades – uma portuguesa e uma nordestina. Por isso, para muitos dos moradores esses bens precisam ser preservados. Nesse sentido, procuram manter sempre guardados em algum cômodo da casa. Moradores como seu P.G guarda essas relíquias com bastante cuidado. Relata esse morador:

Guardo essas coisas porque conta a história de nossa família, do Mapuá, do tempo da seringa, quando a gente trabalhava pro patrão. Muita gente já viveu aqui [...]. Já foi difícil. Essas coisas já não se têm mais, porque agora já são outras [refere-se ao látex e o kit necessário para coletá-lo]. Só da roça, da farinha que ainda tem [...] (P. G., 2017).

“Guardar” pode ser entendido como forma de preservar o artefato e a memória, pois enquanto me mostrava sua coleção, o interlocutor foi lembrando de sua juventude, do trabalho realizado, das pessoas e da dificuldade enfrentada nos seringais. Cada artefato guardado é um tesouro, justamente por contar a história de sua vida, que, para ele, mistura-se com a história do lugar. São artefatos que foram em sua maioria construídos pelo próprio interlocutor, por isso também têm grande importância. Seu P.G revelou que não nasceu no Mapuá, mas que veio muito jovem para trabalhar na borracha, e desde então o Mapuá tornou-se o “seu paraíso”.

Outra estratégia de preservação observada refere-se à manutenção de um casarão construído na década de 1950 e adquirido por seu O.M na década de 1970. Esse interlocutor revelou que anualmente troca a madeira podre e que em 2016 reforçou o estaqueamento por baixo da casa, procurando mantê-lo sempre conservado. Compõe esse ritual de preservação a manutenção de uma cruz em madeira, chamada de Cruz Milagrosa, que, colocada às margens do rio, está exposta às erosões provocadas pelo tempo e pela acidez da água. Nas celebrações religiosas, o cuidado em manter os rituais e brincadeiras, de algum modo, expressa, também, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio. Os rituais mágico-religiosos, os saberes, as práticas materiais atravessam gerações e desempenham um papel fundamental no que se denominou “patrimônio cultural e arqueológico do Mapuá” e configuram-se como “lugares de memória” na Amazônia (NORA, 1993).

Já em Portel, o “lugar de memória” (NORA, 1993) inclui um espaço museal, formado inicialmente pelo Museu Municipal “Antônio Gonzaga da Rocha”, criado oficialmente pelo governo local em 2009, após iniciativa de dois professores de História e apoio de comunitários. Conforme conta o diretor do Museu e mentor do projeto museal, em 2005, com um grupo de amigos, ele procurou criar uma associação da preservação do patrimônio histórico de Portel. Considerando que era comum encontrar na praia Aurucará diferentes artefatos, eles partiram do entendimento de que tudo aquilo fazia parte da história do município e que, por isso, precisavam ser preservados para que as gerações futuras pudessem conhecer suas raízes.

Diante disso, eles tentaram, assim, criar a associação e organizar uma exposição. Para isso, pediram à população local objetos colecionados, pois muitos moradores

costumam guardar o que normalmente capturam na praia. Descobriram que um dos moradores possuía um grande acervo, o qual chamou a atenção de nosso entrevistado e de seu grupo, e, portanto, o incentivaram a formar a associação. Porém, em razão da burocracia e falta de recurso, não conseguiram criar a referida associação, mas não desistiram da ideia de preservar os artefatos e a memória local. Em 2008, conta o diretor que, durante o aniversário do município, ele organizou um vídeo com fotos antigas da cidade, doadas por vários moradores – ação que cimentou a ideia de se criar um espaço que servisse para preservar e divulgar a memória e história de Portel.

Em 2009, por intermédio da Secretaria de Educação de Portel, o governo negociou o acervo do morador citado anteriormente, dando início oficial ao museu, na época chamado de “Centro de Ensino e Pesquisa”. A primeira instalação desse centro deu-se em uma casa cedida pela ex-secretária de Educação e contava com diferentes profissionais. Narra o diretor que nesse período os profissionais realizavam nas escolas palestras e atividades que ajudavam a divulgar o trabalho da equipe e a história local. Em 2010, quando o referido centro passou a se chamar Museu “Antônio Gonzaga”, esse diretor chegou a participar da Semana dos Museus, em Belém, evento importante para colocar o referido Museu no cenário museal do estado, o que observamos não ocorrer, devido à falta de apoio do próprio governo municipal e também de projetos por parte do Museu.

Em 2011, o Museu mudou para o espaço atual, um prédio que, segundo o diretor, foi revitalizado às pressas e não atende às necessidades desse museu: “É um espaço precário, até o ventilador levaram [...]. Hoje eles [governo municipal] não veem mais o museu como fonte de pesquisa. É um espaço que não serve para nada, que não tem função [...]. A própria comunidade, não valoriza, pouco frequenta.” (A. M., 2019).

Nesse espaço museal, encontram-se artefatos, como expostos nas Figuras 2 e 3, doados pela população. Muitos não têm procedência e pouco se sabe sobre o artefato. Na Figura 2, observa-se diferentes pedaços de cerâmicas, pedras e vasos de distintas épocas. Na Figura 3, têm-se várias garrafas de vidro, em cores e tamanhos diversos, encontradas na praia Aurucará. Muitas eram recipientes de perfumes, remédios e bebidas, que podem ser identificadas como objetos descartados pelos estrangeiros que passaram pelo município em temporalidades distintas. Têm-se ainda as grés coloniais, que indicam a presença holandesa na região, tal como ocorre no Mapuá e em todo Marajó.

Figura 2 – Artefatos encontrados em vários locais do município de Portel e doados ao Museu “Antônio Gonzaga”. Foto de Eliane Miranda Costa (2019).

Figura 3 – Garrafas de vidro e grés colonial encontrados na praia Aurucará e diferentes locais do município de Portel e doados ao Museu “Antônio Gonzaga”.
Foto de Eliane Miranda Costa (2019).

Na Figura 3, observa-se ainda equipamentos eletrônicos de épocas mais recentes. São coisas que não têm uma identificação, pois, pelo observado durante percurso etnográfico, os poucos funcionários não sabiam o quê aqueles objetos significam – situação que pode explicar o descaso por parte da população. Outro fato que pode afastar os moradores local é a forma como o Museu é organizado, isto é, nos moldes tradicionais, com objetos na vitrine sem uma interação com a comunidade. Não há, assim, uma relação mais próxima do Museu com as pessoas, e é bom considerar que alguns comunitários têm seus artefatos e coleções em casa, que são utilizados de outras formas e significados, agregando estatutos diversos, que têm muito mais importância aos moradores (MILLER, 2013).

No decorrer da entrevista, o diretor demonstrou preocupação em relação à possibilidade de o Museu fechar. Segundo ele, o governo quer retirar o presente Museu da Secretaria de Educação e transferi-lo à estrutura da Secretaria de Cultura. Ação essa que, para esse interlocutor, representa o fim do Museu, porque ele alega que “esta Secretaria não tem recurso para manter o espaço museal funcionando.” Ele avalia ainda que esse problema se alimenta justamente porque o museu “não tem vida própria” (A. M., 2019), inclusive por ser uma instituição criada na tutela da prefeitura, deixou de receber doações de terceiros. Apesar de tais problemas, esse interlocutor acredita que uma parceria com outras instituições pode fortalecer o Museu. Narra ele: “eu acredito muito que a parceria com a UFPA, Museu Goeldi, a Flona de Caxiuanã é uma saída para este museu”. (A. M., 2019).

Para fortalecer o espaço museal em destaque, o entrevistado alegou ter um projeto e espera receber apoio da prefeitura e de outras instituições. O referido projeto deverá, conforme a narrativa desse interlocutor, envolver diferentes agentes, e ter por objetivo a preservação de uma parte do território portelense, no caso, a área das cachoeiras do Polo Pacajá, que está a quilômetros de distância da cidade de Portel, especificamente na fronteira com o município de Pacajá. Nessa área, de acordo com o depoente, as famílias correm o risco de serem expulsas, e toda floresta ser devastada pelas mineradoras, como se observa neste relato:

É um projeto interdisciplinar, que vai envolver várias atividades, tendo como maior preocupação além da preservação do sítio arqueológico, que para gente do museu é parte principal, a preservação da Isola Pacajá, que é um local que todo ano caçam direto. Tem a questão da água mineral, tem inúmeras nascentes; a questão da preservação da floresta, flora, fauna; a questão da população que estão sendo expulsas [...]. Queremos levar uma equipe, cada um fazer um parecer técnico baseado em leis, baseado naquilo que a gente tem e juntar tudo e fazer um dossiê e apresentar a órgãos competentes, Ministério do Meio Ambiente, Museu Goeldi, UFPA. Aos órgãos que tenham interesse em tornar essa área em área de preservação permanente e defender o patrimônio. Lá é uma área de invasão e está na divisa entre o município de Pacajá e município de Portel. E se não ter um interesse coletivo as empresas vão tomar conta, e as mineradoras não tem pensa, irão retirar toda a floresta. (A. M., 2019).

A preocupação do interlocutor é pertinente ao considerarmos o aumento da exploração da floresta amazônica. Dados apresentados pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espaciais (INPE) revelam que a taxa de desmatamento na Amazônia aumentou em 34% nos últimos 12 meses deste ano de 2020 em comparação com o mesmo período do ano anterior (ESCOBAR, 2020), fato que analisamos como resultado do avanço inadequado do agronegócio; ou em outros termos, de uma política de governo que trata a floresta Amazônica como celeiro do capital.

A narrativa chama a atenção também para a necessidade de um trabalho coletivo, enquanto medida para frear, nessa área, a exploração da floresta e, assim, preservar o patrimônio. Entendemos que um trabalho coletivo envolvendo diversos agentes é, sem dúvida, uma tática relevante para fortalecer o espaço museal no município, bem como para potencializar a história e o patrimônio local. Para tanto, precisa ser uma ação que envolva amplamente a comunidade, no sentido desta perceber a necessidade de construir um museu enquanto espaço de reflexão, debate, resistência e formação. Em outras palavras, é preciso apostar em uma museologia social que possibilite aos sujeitos pensarem não apenas o prédio e o acervo, mas, sobretudo, o território, os saberes, as práticas e as aprendizagens e, assim, construírem possibilidades para, ao menos, questionar a histórica condição de região do atraso e das mazelas sociais.

Nesse aspecto, uma importante alternativa para se efetivar a proteção do patrimônio arqueológico na Amazônia Marajoara pode ser a construção de Ecomuseus. Esse novo tipo de fazer museal, como mencionado anteriormente, opera com uma noção de território, patrimônio e comunidade entrelaçados e em movimento, dimensões que permitem instaurar uma “[...] musealização dos contextos e não só dos objetos” (BRULON, 2015, p. 30); ou seja, um museu centrado nos indivíduos, na participação comunitária, e não nos objetos (ALMEIDA; VALENÇA, 2019).

Daí sugerir os Ecomuseus como possibilidade para desnaturalizar no Marajó a própria ideia de “ilha” (que reafirma formas de dominação) e apreendê-lo como território, que definimos, a partir de Almeida e Valença (2019, p. 2), como “[...] espaço carregado de historicidade, artefato histórico produzido pela ação humana”; noção indispensável para compreendermos que tudo é patrimônio – os sítios arqueológicos, os rios, as paisagens, as comunidades, etc. Ampliar o olhar para o território e o patrimônio local leva as comunidades a se perceberem como sujeitos do processo de desenvolvimento (SANTOS, 2017). E perceber-se sujeitos, os força a entender que no Marajó as mazelas sociais e a falta de políticas públicas, muitas vezes justificada pela dificuldade de acesso à região, resultam de um processo histórico excludente, que se alimenta da pobreza imposta para manter a hegemonia de determinados grupos.

Nesse aspecto, um Ecomuseu pode despertar na população a consciência sobre os problemas sociais e, ao mesmo tempo, o interesse pelo patrimônio natural, material e imaterial, bem como estimular essa população para desempenhar um papel social, como

se verifica em várias experiências no Brasil, a exemplo do Ecomuseu da Amazônia, criado em 2007, no município de Belém, envolvendo 13 comunidades rurais (SANTOS, 2017). Filipe e Varine (2015) asseguram que esse Ecomuseu promove formação e acompanhamento técnico das comunidades no desenvolvimento de produções artesanais e hortícolas, usadas no consumo das famílias e na venda em mercados da região.

O Museu do Marajó, criado pelo padre italiano Geovanni Gallo, em 1984, e inaugurado oficialmente em 1987, no município de Cachoeira do Arari, com a prerrogativa de ser “um museu com [...] e para a comunidade” (SOUZA, 2015, p.13) pode ser interpretado como um exemplo de musealização social no Marajó. Esse Museu, feito de madeira e materiais reciclados, segundo Schaan (2009), antecipou a ideia dos museus interativos, bem como proporcionou aos visitantes e aos moradores de Cachoeira do Arari possibilidades de acesso a saberes acerca do passado indígena e da vida cotidiana da população local. Ele também ofereceu atividades educativas e profissionalizantes, como produção artesanal, aulas de informática, entre outras, voltadas para “gerar renda, conhecimento e valorização da identidade cabocla marajoara” (SOUZA, 2015, p. 21).

O acervo desse Museu foi formado tal como dos grandes museus na Europa, isto é, por doação de artefatos arqueológicos e objetos históricos e etnográficos. Esse acervo é composto ainda por documentos produzidos por Geovanni Gallo, acerca da memória, cosmologia, saberes e fazeres da população (SCHAAN, 2009). Souza (2015, p. 11) comenta que tal acervo foi organizado de forma interativa para “[...] mostrar as relações intrínsecas do ser humano com o seu meio ambiente”. Gallo queria mostrar que por trás do objeto tem o humano, portanto não se trata apenas de ver o objeto, mas as pessoas em suas relações com a história e com o território, por exemplo, um ideal que se verifica na perspectiva dos Ecomuseus.

Devido à falta de recurso este Museu, que é gestado pela Associação Amigos do Museu do Marajó, tem enfrentado dificuldades para manter suas atividades junto à população. Nesses últimos anos, parte de seu acervo foi transferida para um espaço menor, e alguns objetos foram danificados, e outros estão em depósito esperando pela requalificação física e estrutural do Museu, que o governo do estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, assegurou em fazê-lo.

Outro espaço museal resultado de iniciativa comunitária é o Centro e Saberes Quilombolas, em Salvaterra, Ilha do Marajó, criado em 2018 com a finalidade de preservar a memória quilombola no Marajó. Nos demais municípios marajoaras, a presença do museu tem se resumido às chamadas “casas de cultura”, que se apresentam mais como um local abandonado do que um espaço de produção cultural. Todavia, os moradores organizam suas pequenas coleções, usadas de diversas formas. Em Joanes, distrito rural de Salvaterra, por exemplo, Ferreira (2012) constatou que alguns moradores, tal como no Mapuá e em Portel, organizam essas coleções, o que configura ação não ilícita, uma vez que não promovem a destruição do patrimônio, mas contribuem para fortalecer a história de cada morador e a relação estabelecida com o lugar.

Verifica-se, desse modo, que o espaço museal nos municípios estudados e, quiçá, na região como um todo, vai além dos limites estabelecidos pelo concreto. É possível dizer que a Amazônia Marajoara é um grande Museu. Aliás, ela é um potencial Ecomuseu, em que o patrimônio formado pelas coisas antigas e contemporâneas, bem como pelo território tradicionalmente habitado, é continuamente construído e ressignificado pelas histórias, memórias, espiritualidades, cosmologias, saberes e práticas de cada grupo que habitou e habita o Marajó.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade de cada município, lócus deste estudo, mostra que não há uma classificação dos objetos como tradicionalmente ocorre nos grandes museus e na museologia, sob o signo do paradigma Newtoniano-cartesiano (BRULON, 2015). Também não se têm grandes centros de pesquisas aos moldes tradicionais, delimitados pelo concreto. Mas, há espaços dinâmicos e singulares que produzem importantes narrativas com cargas simbólicas, epistemológicas que, de igual modo, tomam diferentes formas e agregam sentidos e significados diversos. Podemos dizer que são coisas de ontem e de hoje que têm agência e ressonância junto ao público e constituem-se em fragmentos da dinâmica cultural, material e ambiental amazônica.

Daí dizer que o espaço museal no Marajó não se resume aos limites do concreto, e entender esse espaço não restrito à instituição (no sentido físico) não significa que compreendemos o museu como algo natural e que sempre existiu no Marajó. Ao contrário, significa que consideramos os sítios arqueológicos (reocupados e ressignificados constantemente), as paisagens, o território (não fixo ao espaço geográfico) como resultados das ações e transformações humanas, portanto, potenciais espaços museais.

A pesquisa mostrou que as pessoas, ao longo dos tempos, têm praticado diferentes processos para se relacionar, proteger e até gestar o patrimônio arqueológico. Cada um cuida (ou não) como pode e sabe. Esse patrimônio, constantemente ameaçado pela exploração capitalista, leva-nos a considerar e sugerir o Ecomuseu como ferramenta para a população escrever sua história, reivindicar por políticas públicas e salvaguardar o patrimônio cultural. Chegamos à conclusão de que o museu e o patrimônio no Marajó não podem ser vistos e interpretados como elementos apartados da dinâmica geográfica, do modo de vida e da construção do território. Daí a importância de pensar na formação de Ecomuseus como tática para refletir sobre o território, compreender os problemas socioambientais e lutar por políticas públicas que corroborem a transformação social, a valorização e difusão da cultura e a preservação e gestão do patrimônio histórico e arqueológico do Marajó.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Museu Antônio Gonzaga de Portel, ao Campus Universitário do Marajó-Breves e a Tiago Coelho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Gelson R.; VALENÇA, Vivianne R. Ecomuseu: reflexões sobre o tempo, território e comunidade. In: *Anpuh – Brasil: 30º Simpósio Nacional de História*, Recife, 2019. p. 1-13. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1553089188_ARQUIVO_Ecomuseurefl_exoestempoterritoriocomunidadejelsomrozentino.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.
- BAUBIER, Arlete S. M. A. *O museu e a diversidade cultural na Amazônia: estudo do brinquedo indígena como objeto educativo em Museus de Manaus*. 2011. 285 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://handle.net/unirio/12497>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BEZERRA, Márcia. “As moedas dos índios”: um estudo de caso sobre os significados do patrimônio arqueológico para os moradores da Vila de Joanes, ilha de Marajó, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.* v. 6, n. 1, p. 57-70, 2011.
- BONI, Paulo C.; MORESCHI, Bruna M. Fotoetnografia: a importância da fotografia para o resgate etnográfico. *Doc On-line*, n. 3, p. 137-157, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.
- BRASIL. Decreto n.º 3551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 7 ago. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 20 jun. 2020.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.
- BRAUDEL, Ferdinand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. Tradução de Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora USP, 2016. v. I.
- BRULON, Bruno. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. *Inf. & Soc.: Est.*, João Pessoa, v. 25, n.1, p. 25-37, jan./abr. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025/13282>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- CHAGAS, Mário de S. Memória e poder: dois movimentos. *Museus e Políticas de Memória. Cadernos de Sociomuseologia*, v. 19, n. 19, p. 43-81, Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2002.
- COSTA, Eliane M. *Memórias em escavações: narrativas de moradores do rio Mapuá sobre os modos de vida, cultura material e preservação do patrimônio arqueológico (Marajó, PA, Brasil)*. 2018. 334 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- DUARTE, Alice. Nova museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda Inovadora. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio*, v. 6, n. 1, p. 99-117, 2013. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143404132.pdf>. Acesso em: 08 out. 2020.
- ESCOBAR, Hertton. Desmatamento da Amazônia dispara de novo em 2020: dados de satélite revelam um aumento de 34% na taxa de derrubada da floresta nos últimos 12 meses. *Jornal da USP*, [on line], 7 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazonia-dispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- FERREIRA, Lúcio M. *Território primitivo: a institucionalização da Arqueologia no Brasil (1870-1917)*. 2007. 343 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campinas, Campinas, SP, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280838?mode=full>. Acesso em: 08 out. 2020.

- FERREIRA, Luzia G. *O lugar de ver relíquias e contar história: o museu presente/ausente na vila de Joanes, ilha do Marajó – Pará*. 2012. 161 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2012. Disponível em: <http://ppga.propesp.ufpa.br/index.php/br/teses-e-dissertacoes/dissertacoes/50-2012>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- FILIPPE, Graça; VARINE, Hugues de. Que futuro para os Ecomuseus? *Opinião*, II série, n. 19, p. 21-36, jan. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/21742401/Que_futuro_para_os_ecomuseus. Acesso em: 08 out. 2020.
- GALVÃO, Eduardo. *Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas*. Brasileira eletrônica, 1955.
- HODDER, Ian. *Interpretación en Arqueología: Corrientes Actuales*. Crítica Editorial, 1994.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Extrema Pobreza atinge 13, 5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em 7 anos. *Agência IBGE*, 06 de novembro de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 ago. 2020.
- LIMA, Diana F. C. Museologia-museu e patrimônio, patrimonialização e musealização: ambiência de comunhão. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.
- MACHADO, Juliana S. *Lugares de gente: mulheres, plantas e redes de troca no delta amazônico*. 2011. 350 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- MILLER, Daniel. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- MOUTINHO, Mário C. *A Declaração de Quebec de 1984*, Lisboa, 31 de março de 1995. Disponível em: http://www.mariomoutinho.pt/images/PDFs/Livros_Cap/1995Declaracaoquebec.pdf. Acesso em: 08 out. 2020.
- NORA, Pierre. Entre História e Memória – a problemática dos lugares. *Projeto História*, n.10, PUC-SP, p. 7-28, dez., 1993. Tradução de Yara Aun Khoury. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 18 fev. 2020.
- PACHECO, Agenor. *En el corazón de la Amazonia: identidade, saberes e religiosidade no regime das águas*. 2009. 354 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13141/1/Agenor%20Sarraf%20Pacheco.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- SANJAD, Nelson. “Ciência de potes quebrados”. *Nação e região na arqueologia brasileira do século XIX. Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 133-163, jan.-jun. 2011.
- SANTOS Jr., Roberto F. dos; BRITTO, Clovis C. Entrevista: Hugues de Varine e os museus comunitários no Brasil. *Museologia & Interdisciplinaridade*, v. 8, n. 15, p. 323-327, jan./jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/24973>. Acesso em: 08 out. 2020.
- SANTOS, Suzy da S. *Ecomuseus e museus comunitários no Brasil: estudo exploratórios de possibilidades museológicas*. 2017. 768f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-13122017-091321/pt-br.php>. Acesso em: 08 out. 2020.
- SCHAAN, Denise P. *Cultura Marajoara*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2009.
- SHANKS, Michael; TILLEY, Christopher. Theory and Method in Archaeology. *Social Theory and Archaeology*, p. 1-28, 1987.
- SOUZA, Tayanne G. de. *Entre identidades e interatividades: um estudo de caso d’ Museu do Marajó, Pará, Amazônia*, 2015. 225 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação

Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/103/103131/tde-12112015-165726/pt-br.php>. Acesso em: 08 out. 2020.

UNESCO. 1972/ICOM - Mesa-Redonda de Santiago do Chile. *Revista Museu*, Santiago, 30 de maio de 1972. Tradução de Marcelo M. Araújo e Maria Cristina Bruno. <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/legislacao/museologia/3-1972-icom-mesa-redonda-de-santiago-do-chile.html>. Acesso em: 08 out. 2020.

WAGLEY, Charles. *Uma comunidade Amazônica: estudo do homem nos trópicos*. 3. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.